

MINUTA - CONTRATO DE GESTÃO n.º 08/2011

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E DEFESA CIVIL - SMSDC E INSTITUTO SOCIAL FIBRA, COM VISTAS À REGULAMENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DA ÁREA DE PLANEJAMENTO 1.0

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria Municipal da Saúde e Defesa Civil, com sede nesta cidade na Rua Afonso Cavalcante, nº455, Bloco 1, 7º andar, neste ato representado por seu Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil, HANS FERNANDO ROCHA DOHMANN, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade R.G: IFP nº 05461657-8, CPF nº 834202317/68.-, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado o **INSTITUTO SOCIAL FIBRA**, no Município de Rio de Janeiro nos autos do processo administrativo nº 09/002080/11, com CNPJ/MF nº. 02.744.384/0001-82, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1234, Conjunto 31, Bairro de Pinheiros, São Paulo –SP, CEP 01452-002, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Prof. Dr. Luiz Fernando Giuzzi Nassri, portador da carteira de identidade n.º 11.888.818, CPF.065.559.838-33, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que dispõe a Lei Federal 8080, de 19 de setembro de 1990, o Decreto nº 30.780 de 2 de junho de 2009, e suas alterações, que regulamenta a Lei Municipal nº. 5.026, de 19/05/09, bem como a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, no que couber, e o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei nº. 207, de 19/12/80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº. 01, de 13/09/90, e pelo Regulamento Geral do Código supracitado (RGCAF), aprovado pelo Decreto nº. 3.221, de 18/09/81 e suas alterações, bem como, o disposto no artigo 24, inciso XXIV, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, RESOLVEM celebrar o presente CONTRATO DE GESTÃO referente ao apoio ao gerenciamento e execução das atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no âmbito da Área de Planejamento (AP 1.0), ficando permitido o uso dos equipamentos de saúde designados pelo período de vigência do presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente CONTRATO DE GESTÃO tem por objeto a operacionalização, apoio e execução pela CONTRATADA, de atividades e serviços de saúde dos equipamentos destinados à estratégia de saúde da família, no âmbito da Área de Planejamento (AP 1.0), em conformidade



com todos os seus Anexos Técnicos (I, II), bem como com o Edital do Processo Seletivo e seus anexos, que são parte integrante e indissociáveis deste instrumento.

2698

Passarão a ser progressivamente geridas pela CONTRATADA novas unidades e serviços e aquelas atualmente existentes definidos nos Quadros (a) e (b) abaixo:

a) apoio a gestão da Saúde da Família e Saúde Bucal em novas unidades de saúde:

| Classificação | Serviço a ser oferecido | Comunidades / Bairros |
|------------------------------|---|---|
| Clínicas de Saúde da Família | Equipes de Saúde da Família com saúde bucal | Centro, Catumbi, Caju, Mangueira, Rio Comprido, Estácio, Cidade Nova, Ilha de Paquetá |

Obs: Ao longo do contrato de gestão está prevista a construção de até duas novas Clínicas de Saúde da Família pela Riourbe nos bairros da AP 1.0 em locais a definir.

b) apoio a gestão da Saúde da Família e Saúde Bucal nas unidades de saúde já existentes:

| N | Estabelecimento |
|---|-------------------------------------|
| 1 | SMSDC RIO CMS JOSE MESSIAS DO CARMO |
| 2 | SMSDC RIO CMS ERNANI AGRICOLA |

PARÁGRAFO ÚNICO

Este CONTRATO DE GESTÃO segue os preceitos descritos no art. 8º do Decreto 30.780/09:

I - especificação do programa de trabalho, estipulação das metas a serem atingidas e respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;

II - estipulação dos limites e critérios para a despesa com a remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das Organizações Sociais, no exercício de suas funções;

III – disponibilidade permanente de documentação para auditoria do Poder Público;

IV - atendimento à disposição do § 2.º do artigo 5.º da Lei Municipal nº 5026, de 19 de maio de 2009;

V - vedação à cessão total ou parcial do contrato de gestão pela Organização Social;

VI - atendimento exclusivo aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, no caso das Organizações Sociais da Saúde.

VII - o orçamento, o cronograma de desembolso e as fontes de receita para a sua execução;

VIII - vinculação dos repasses financeiros que forem realizados pelo Poder Público ao cumprimento das metas pactuadas no contrato de gestão;

IX - discriminação dos bens públicos cujo uso será permitido à Organização Social quando houver;



X – em caso de rescisão do contrato de gestão, do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação da entidade, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Município do Rio de Janeiro, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Município do Rio de Janeiro, na proporção dos recursos e bens por este alocados.

2699

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São da responsabilidade da CONTRATADA, além daquelas obrigações constantes das especificações técnicas (Anexos I, II) e das estabelecidas na legislação referente ao SUS, bem como nos diplomas federal e municipal que regem a presente contratação, as seguintes:

- 1) Prestar os serviços de saúde que estão especificados nos Anexos Técnicos I, II e IV, de acordo com o estabelecido neste contrato e nos exatos termos da legislação pertinente ao SUS – Sistema Único de Saúde -, especialmente o disposto na Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990 e Lei 8142 de 28 de dezembro de 1990, com observância dos princípios veiculados pela legislação, e em especial:

I - universalidade de acesso aos serviços de saúde;

II - integralidade de assistência, entendida como sendo o conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso, em atuação conjunta com os demais equipamentos do Sistema Único de Saúde existentes no Município;

III – gratuidade de assistência, sendo vedada a cobrança em face de pacientes ou seus representantes, responsabilizando-se a CONTRATADA por cobrança indevida feita por seu empregado ou preposto;

IV - preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;

V - igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;

VI - direito de informação às pessoas assistidas, sobre sua saúde;

VII - divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário;

VIII – fomento dos meios para participação da comunidade;

IX – prestação dos serviços com qualidade e eficiência, utilizando-se dos equipamentos de modo adequado e eficaz.

- 2) Na prestação dos serviços descritos no item anterior, a CONTRATADA deverá observar:

I – respeito aos direitos dos pacientes, atendendo-os com dignidade de modo universal e igualitário;

II – manutenção da qualidade na prestação dos serviços;

III - respeito à decisão do paciente em relação ao consentimento ou recusa na prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de morte ou obrigação legal;



IV – garantia do sigilo dos dados e informações relativas aos pacientes;

V – esclarecimento dos direitos aos pacientes, quanto aos serviços oferecidos.

VI – responsabilidade civil pelo risco de sua atividade;

VII – inserção obrigatória dos procedimentos autorizados e dos medicamentos dispensados nos protocolos terapêuticos estabelecidos pelas instâncias municipal, federal e estadual.

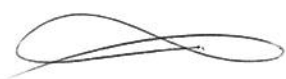

- 3) Apoiar a integração territorial dos equipamentos de saúde das Áreas de Planejamento cobertas pelo Programa Cegonha Carioca – Módulo Acolhimento, visando à melhoria e maior eficiência na prestação dos serviços de saúde pública;
- 4) Apoiar e integrar o complexo regulador da SMSDC/RJ;
- 5) Utilizar, para a contratação de pessoal, critérios exclusivamente técnicos inclusive quanto ao gerenciamento e controle de recursos humanos, observando as normas legais vigentes, em especial as trabalhistas e previdenciárias.
- 6) Contratar serviços de terceiro para atividades acessórias e/ou específicas sempre que necessário, responsabilizando-se pelos encargos daí decorrentes.
- 7) Responsabilizar-se, civil e criminalmente, perante pacientes por eventual indenização de danos morais decorrentes de ação, omissão, negligência, imperícia ou imprudência, decorrentes de atos praticados por profissionais subordinados à CONTRATADA. E também responsabilizar-se por danos materiais e morais oriundos de ações por erro médico, além daqueles decorrentes do desenvolvimento de suas atividades ou relações com terceiros, como por exemplo, fornecedores.
- 8) Manter controle de riscos da atividade e seguro de responsabilidade civil nos casos que entender pertinentes.
- 9) Garantir que as Equipes de Acolhimento estejam sempre com o quadro técnico completo, ou seja, com todos os profissionais definidos na composição mínima das respectivas equipes.
- 10) Adotar o símbolo e o nome designativo da unidade de saúde cujo uso lhe for permitido, seguido pelo nome designativo "Organização Social – Secretaria Municipal da Saúde e Defesa Civil", devendo afixar aviso, em lugar visível, de sua condição de entidade qualificada como Organização Social, e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;
- 11) Apoiar e promover a realização de pesquisas com pacientes, desde que haja aprovações prévias da Comissão de Ética e Pesquisa da Unidade, da Comissão de Ética e Pesquisa da Secretaria Municipal da Saúde e do Conselho Nacional de Ética e Pesquisa;



- 12) Administrar os bens móveis e imóveis, cujo uso lhe seja permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos de cessão/cessão de uso que deverão definir as responsabilidades da CONTRATADA, até sua restituição ao Poder Público, bem como realizar adaptações/reformas com a anuência deste nas unidades já existentes;
- 13) Observar na permissão/cessão de uso, mencionada no item anterior, as condições estabelecidas na Lei nº. 5.026, de 19 de maio de 2009, e da Lei Orgânica do Município, devendo ser realizada mediante a formalização de termo específico, após detalhado inventário e identificação dos referidos bens, a ser realizado pela Superintendência de Patrimônio da Secretaria Municipal de Fazenda. O termo especificará os bens e o seu estado de conservação e definirá as responsabilidades da CONTRATADA quanto à sua guarda e manutenção.
- 14) Assegurar que a instalação de bens móveis ou imobilizados nos equipamentos objeto da permissão/cessão de uso, assim como das benfeitorias realizadas naqueles já existentes, sejam incorporados ao patrimônio municipal, sem possibilidade retenção ou retirada sem prévia autorização do Poder Público.
- 15) Manter em perfeitas condições os equipamentos e instrumental necessários para a realização dos serviços contratados.
- 16) Garantir que sejam automaticamente incorporados ao patrimônio do Município do Rio de Janeiro, os equipamentos, instrumentos e quaisquer bens permanentes que porventura venham a ser adquiridos com recursos oriundos deste Contrato, hipótese em que a CONTRATADA deverá entregar à SMSDC a documentação necessária ao processo de incorporação dos referidos bens;
- 17) Adotar valores compatíveis com os níveis médios de remuneração, praticados na rede privada de saúde, no pagamento de salários e de vantagens de qualquer natureza de dirigentes e empregados das Organizações Sociais;
- 18) Restituir ao Poder Público o saldo dos recursos líquidos resultantes dos valores repassados, em caso de desqualificação e conseqüente extinção da Organização Social;
- 19) Transferir, integralmente, à CONTRATANTE os legados ou doações que lhe foram destinados, benfeitorias, bens móveis e imobilizados instalados nos equipamentos de saúde, bem como os excedentes financeiros decorrentes da prestação de serviços de assistência à saúde cujo uso dos equipamentos lhe fora permitido, em caso de desqualificação e da Organização Social;



2651

- 2652
- 20) Responsabilizar-se integralmente pela contratação e pagamento do pessoal necessário à execução dos serviços inerentes às atividades da CONTRATADA, ficando esta como a única responsável pelo pagamento dos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, respondendo integral e exclusivamente, em juízo ou fora dele, isentando a CONTRATANTE de quaisquer obrigações, presentes ou futuras, desde que os repasses de recursos financeiros tenham obedecido ao cronograma estabelecido entre as partes.
- 21) Em caso do ajuizamento de ações trabalhistas pelos empregados da CONTRATADA ou da verificação da existência de débitos previdenciários, decorrentes da execução do presente contrato pela CONTRATADA, com a inclusão do Município do Rio de Janeiro no pólo passivo como responsável subsidiário, a CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o correspondente a três vezes o montante dos valores em cobrança, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência. A retenção aqui prevista será realizada na data do conhecimento pelo Município do Rio de Janeiro da existência da ação trabalhista ou da verificação da existência de débitos previdenciários. ou relativos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço dos empregados contratados pela **CONTRATADA** para consecução do objeto do presente **CONTRATO DE GESTÃO**.
- 22) A retenção somente será liberada com o trânsito em julgado da decisão de improcedência dos pedidos ou do efetivo pagamento do título executivo judicial ou do débito previdenciário pela Adjudicatária. Não ocorrendo nenhuma dessas hipóteses aqui prevista, a CONTRATANTE efetuará o pagamento devido nas ações trabalhistas ou dos encargos previdenciários, com o valor retido, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA.
- 23) Ocorrendo o término do contrato sem que tenha se dado a decisão final da ação trabalhista ou decisão final sobre o débito previdenciário, o valor ficará retido e será pleiteado em processo administrativo após o trânsito em julgado e/ou o pagamento da condenação/dívida.
- 24) Excepcionalmente o valor retido conforme item 15.1 poderá ser reduzido mediante requerimento fundamentado formalizado pela **CONTRATADA**.
- 25) Pagar remuneração aos seus dirigentes e empregados de acordo com o valor praticado no mercado.
- 26) Abrir conta corrente bancária específica para movimentação dos recursos provenientes do presente Contrato, manter em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer do contrato,
- 
- 

e disponibilizar extrato quinzenalmente a Coordenação de Área de Planejamento (AP) e à CONTRATANTE.

EGS3

- 27) Dispor de suficiente nível técnico-assistencial, capacidade e condições de prestação de serviços que permitam o maior nível de qualidade nos serviços contratados conforme a especialidade e características da demanda.
- 28) Não estar sujeita a nenhum tipo de restrição legal ou judicial que incapacite seu titular para firmar este CONTRATO DE GESTÃO com a SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E DEFESA CIVIL.
- 29) Comprometer-se a manter como dirigente deste contrato de gestão profissional com a qualificação mencionada no Edital de Convocação Pública, item 4.1 alínea e2.
- 30) Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como com todos os gastos e encargos com material (Decreto 28.937/08).
- 31) Não distribuir, sob nenhuma forma, lucros ou resultados entre seus diretores ou empregados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para execução dos serviços objeto do presente Contrato, a CONTRATANTE obriga-se a:

- 1) Disponibilizar à CONTRATADA os meios necessários à execução do presente objeto, conforme previsto neste Contrato e em seus anexos;
- 2) Garantir os recursos financeiros para a execução do objeto deste Contrato, fazendo o repasse mensal nos termos do cronograma de desembolso aprovado;
- 3) Programar no orçamento do Município, para os exercícios subseqüentes ao da assinatura do presente Contrato, os recursos necessários, para fins de custeio da execução do objeto contratual;
- 4) Permitir o uso dos bens móveis e imóveis, nos termos da Lei nº 5.026, de 19 de maio de 2009 e da Lei Orgânica do Município, mediante termo de permissão de uso. Para a formalização do termo, a CONTRATANTE deverá inventariar, avaliar e identificar previamente os bens;
- 5) Promover a cessão de servidores públicos para a Organização Social, nos termos do art. 14 da Lei Nº 5026/2009, mediante autorização governamental, tendo o servidor preferência a ocupar os postos de trabalho desejados, observando-se o interesse público, mediante análise do perfil do servidor;



- 2659
- 6) Analisar, anualmente, a capacidade e as condições da Organização Social para a continuidade da prestação dos serviços, com vistas à identificação do seu nível técnico-assistencial;
 - 7) Acompanhar a execução do presente Contrato de Gestão, através da Comissão Técnica de Acompanhamento, para este fim designada, com fulcro no estabelecido no presente Contrato e respectivos anexos.
 - 8) Acompanhar a execução do presente Contrato de Gestão, através das Coordenadorias de Saúde da AP e seu respectivo Conselho Distrital de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DA AVALIAÇÃO

A Comissão Técnica de Acompanhamento a ser nomeada por resolução do Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil, em conformidade com o disposto no artigo 8º e respectivos parágrafos, da Lei nº. 5.026, de 19 de maio de 2009, procederá à avaliação mensal do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos pela Organização Social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório conclusivo que deverá ser encaminhado para o Secretário Municipal da Saúde e Defesa Civil.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A avaliação de que trata o "caput" desta cláusula restringir-se-á aos resultados obtidos na execução do Contrato de Gestão, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, e seu confronto com as metas pactuadas, com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades e a aplicação adequada dos recursos financeiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO

No caso do não atingimento das metas pactuadas ou da verificação de qualquer desconformidade na execução do contrato de gestão, a Comissão Técnica de Acompanhamento deverá, a qualquer tempo, encaminhar relatório ao Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato será de 02 (dois) anos, a contar da data de sua assinatura, renovável uma vez por igual período, e outra pela metade, se atingidas, pelo menos, oitenta por cento das metas definidas pelo período anterior, nos termos do art. 8, VII do Decreto 30.780/09.

PARÁGRAFO ÚNICO

O prazo de vigência do Contrato não exime a CONTRATANTE da comprovação da existência de recursos orçamentários para a efetiva continuidade da prestação dos serviços nos exercícios financeiros subseqüentes.

2655

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato, especificados nos Anexos Técnicos, a CONTRATANTE repassará à CONTRATADA os valores definidos no Anexo Técnico III – Sistema de Transferência de Recursos Orçamentários

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos repassados à CONTRATADA poderão ser por esta aplicados, de acordo com o Decreto nº 3.3010, de 3 de novembro de 2010:

- I - em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;
- II – em fundos de curto prazo; e
- III - em operações com títulos públicos federais.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os resultados das aplicações mencionadas no § 1º não podem acarretar riscos ao patrimônio e deverão ser revestidos, exclusivamente, nos objetos do presente Contrato de Gestão.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Fica facultado à CONTRATADA como Unidade do Sistema Único de Saúde solicitar o ressarcimento pelas operadoras, as quais alude o art. 1º da Lei 9656/98 de 03 de junho de 1998, os valores a serem ressarcidos não serão inferiores aos praticados pelo SUS e nem superiores aos praticados pelos planos e seguros.

PARÁGRAFO QUARTO

Todos os recursos usados na execução do objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO deverão ser contabilizados, com identificação de sua origem e de seu destino, através de contabilidade auditada por profissional legalmente habilitado.

PARÁGRAFO QUINTO

Os recursos financeiros necessários à execução do objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO poderão ser obtidos mediante transferências provenientes do Poder Público, doações e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras, rendimentos de aplicações dos ativos financeiros da Organização Social e de outros pertencentes ao patrimônio que estiver sob a administração da Organização, bem como, nos termos do artigo 29 do Regulamento Geral

aprovado pelo Decreto nº 30.780 de 02.06.2009, sendo facultado contrair empréstimos junto a organismos nacionais e internacionais.

PARÁGRAFO SEXTO

A organização social deverá ter uma conta única para a aplicação dos recursos provenientes da SMSDC/RJ, sendo este extrato apresentado junto ao relatório de prestação de contas da CONTRATADA, mensalmente, à SMSDC/RJ.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os valores das transferências de recursos orçamentários, fixos e variáveis, o número de parcelas e as respectivas condições, serão definidos no Cronograma de Desembolso aprovado pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A parcela correspondente ao mês 01 do cronograma de desembolso será creditada como 1º.(primeiro) aporte de recursos financeiros, viabilizando o cumprimento do item que solicita abertura de conta corrente específica para movimentação e comprovação das despesas realizadas através de extrato bancário mensal.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A competência da execução financeira é sempre de 01 a 30(31) de cada mês.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O presente CONTRATO DE GESTÃO, bem como os seus anexos, poderão ser anualmente atualizados e revistos, mediante prévia justificativa por escrito que conterà a declaração de interesse de ambas as partes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A alteração do presente CONTRATO DE GESTÃO, bem como dos anexos que o integram deverá ser submetida à autorização do Secretário Municipal da Saúde e Defesa Civil; após parecer fundamentado da Comissão Técnica de Acompanhamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os anexos que compõem este CONTRATO DE GESTÃO, em razão de seu caráter transitório, são passíveis de adequação e atualização, a fim de contemplar novas diretrizes do Sistema Único de Saúde, vigentes nos novos períodos de contratualização, assegurando os direitos da CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO

2657

À CONTRATANTE será permitida a alteração do CONTRATO DE GESTÃO para melhor adequação às finalidades de interesse público ou para adequação técnica do projeto aos seus objetivos, assegurados os direitos da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

A rescisão do presente Contrato de Gestão obedecerá às disposições contidas nos artigos 77 a 80, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Verificada qualquer das hipóteses passíveis de ensejar rescisão contratual prevista no artigo 78, da Lei nº 8.666/93, o Poder Executivo providenciará a rescisão dos termos de uso dos bens públicos e a cessação dos afastamentos dos servidores públicos colocados à disposição da CONTRATADA, não cabendo à Organização Social direito a indenização sob qualquer forma, salvo na hipótese prevista no § 2º, do artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A rescisão se dará por ato do titular da CONTRATANTE, após manifestação da Comissão Técnica de Acompanhamento e da Procuradoria Geral do Município.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Em caso de rescisão unilateral por parte da CONTRATANTE, que não decorra de má gestão, culpa ou dolo da CONTRATADA, a CONTRATANTE ressarcirá exclusivamente danos materiais, inclusive - mas não limitadamente - os custos relativos à dispensa do pessoal contratado pela **CONTRATADA** para a execução do objeto deste **CONTRATO DE GESTÃO**.

PARÁGRAFO QUARTO

O ressarcimento dos custos relativos à dispensa do pessoal contratado pela **CONTRATADA** para a execução do objeto deste **CONTRATO DE GESTÃO** ficará condicionado (i) à apresentação dos Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCTs) devidamente homologados pelo órgão do Ministério do Trabalho ou pelo Sindicato de Classe, bem como à comprovação do cumprimento das obrigações de entrega de guias para levantamento de FGTS e para habilitação ao Seguro Desemprego, se for o caso, ou (ii) à apresentação de documento comprobatório do pagamento judicial de tais haveres, ficando vedado o ressarcimento de quaisquer valores decorrentes da mora no pagamento das verbas resilitórias, como por exemplo as penalidades previstas no art. 477, §8º e no art. 467, *caput*, da CLT e a indenização substitutiva do Seguro Desemprego.

PARÁGRAFO QUINTO

Em caso de rescisão amigável, por conveniência da Administração, a CONTRATADA se obriga a continuar prestando os serviços de saúde ora contratados, salvo dispensa por parte da CONTRATANTE, por um prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da autorização escrita e fundamentada do Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil, nos termos do art. 79, §1º da Lei nº. 8.666/93, devendo, no mesmo prazo, quitar suas obrigações e prestar contas de sua gestão à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A inobservância pela CONTRATADA de cláusula ou obrigação constante deste Contrato ou seus Anexos, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções previstas nos artigos 86, 87 e 88 todos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinado com o disposto no § 2º, do artigo 7º, da Portaria nº 1286/93, do Ministério da Saúde, quais sejam:

- I. Advertência;
- II. Multa no valor compreendido entre 2 e 5% (dois e cinco por cento) sobre o valor total do contrato, estipulada pela **CONTRATANTE**, dependendo da gravidade da infração, a ser cobrada nos termos da legislação municipal;
- III. Suspensão temporária de participar de licitações e de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.
- V. Perda de qualificação como Organização Social no âmbito do Município do Rio de Janeiro.


PARÁGRAFO PRIMEIRO

A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, consideradas as circunstâncias objetivas que o tenham norteadado, e dela será notificada a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas conjuntamente com o item "II".

PARÁGRAFO TERCEIRO



Da data de publicação da aplicação das penalidades a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interpor recurso, dirigido ao Secretário Municipal da Saúde e Defesa Civil.

PARÁGRAFO QUARTO

O valor da multa que vier a ser aplicada será comunicado à CONTRATADA e o respectivo montante será descontado das transferências de recursos orçamentários devidas em decorrência da execução do objeto contratual, garantido o direito de defesa.

PARÁGRAFO QUINTO

A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não elidirá o direito de a CONTRATANTE exigir indenização integral pelos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal e/ou ética do autor do fato.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente **CONTRATO DE GESTÃO** se regerá ainda pelas seguintes disposições:

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Fica expressamente vedada a cobrança por serviços de saúde ou outros complementares da assistência devida ao paciente.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidas pela CONTRATANTE sobre a execução do presente Contrato, a CONTRATADA reconhece a prerrogativa de controle e autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS – Sistema Único de Saúde -, decorrente da Lei nº 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde), ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo, ou de notificação dirigida à CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A CONTRATADA poderá, a qualquer tempo e mediante justificativa apresentada ao Secretário Municipal da Saúde e Defesa Civil e ao Prefeito Municipal, propor a devolução de bens ao Poder Público Municipal, cujo uso fora a ela permitido e que não mais sejam necessários ao cumprimento das metas avençadas.



PARAGRAFO QUARTO

Fica vedada a cessão total ou parcial do referido **CONTRATO DE GESTÃO** pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

O **CONTRATO DE GESTÃO** será publicado, às expensas da **CONTRATADA**, no Diário Oficial do Município, no prazo até o 5º dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DO FORO

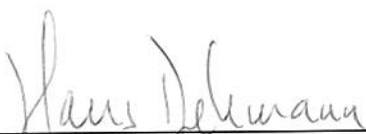
Fica eleito o Foro Central da Capital, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justas as **CONTRATANTES**, assinam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2011.



Diretor Presidente
OS Instituto Social Fibra
Luiz Fernando Giazzi Nassri



Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil
Hans Fernando Rocha Dohmann

Testemunhas:

1) Ana Maria Gemari
Nome: Ana Maria Gemari
R.G: 13653278

2) Ana Carolina Lara
Nome: Ana Carolina H.S. Lara
R.G: 148773281

Anexo I - Cronograma de Recursos Orçamentários e Metas Físicas

| Instituição | Item | Unidade de medida | MÊS 1 | MÊS 2 | MÊS 3 | MÊS 4 | MÊS 5 | MÊS 6 | MÊS 7 | MÊS 8 | MÊS 9 | MÊS 10 | MÊS 11 | MÊS 12 |
|---|--|---------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|--------|--------|
| OSS - parte fixa - limite máximo a ser contratado | Gestão (A)=(a+b) | | | | | | | | | | | | | |
| | a) Apoio a Gestão da CAP | apoio a CAP | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| OSS - parte fixa - limite máximo a ser contratado | b) Apoio a gestão do TEIAS - OSS | gestão do TEIA | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | RH (B) = (c+d+e+f) | | | | | | | | | | | | | |
| | c) Clínicas da Família - Equipes de Saúde da Família | nº de equipes | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 |
| | d) Clínicas da Família - Equipes tipo II de Saúde Bucal | nº de equipes | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 |
| | e) Clínicas da Família - Equipes de Atenção Farmacêutica (uma por clínica) | nº de equipes | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| | f) NASF | nº de equipes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| OSS - parte fixa - limite máximo a ser contratado | Manutenção das unidades (C) = (g+h+i+j) | | | | | | | | | | | | | |
| | g) Ações de educação, vigilância e promoção da saúde | nº de equipes | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 |
| | h) Contratos e consumo - unidades de atenção primária | nº de equipes | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 |
| | i) Serviços de Raio X e Ultrassom | nº de Clínicas da Família | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | j) Sistemas de Informação / prontuário eletrônico | nº de equipes | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 |

AP 1.0
Anexo I - Cronograma de Recursos Orçamentários

| Instituição | Item | Unidade de medida | MÊS 13 | MÊS 14 | MÊS 15 | MÊS 16 | MÊS 17 | MÊS 18 | MÊS 19 | MÊS 20 | MÊS 21 | MÊS 22 | MÊS 23 | MÊS 24 |
|---|--|---------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| OSS - parte fixa - limite máximo a ser contratado | Gestão (A)=(a+b) | | | | | | | | | | | | | |
| | a) Apoio a Gestão da CAP | apoio a CAP | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| OSS - parte fixa - limite máximo a ser contratado | b) Apoio a gestão do TEIAS - OSS | gestão do TEIAS - OSS | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | RH (B) = (c+d+e+f) | | | | | | | | | | | | | |
| | c) Clínicas da Família - Equipes de Saúde da Família | nº de equipes | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 |
| | d) Clínicas da Família - Equipes tipo II de Saúde Bucal | nº de equipes | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 |
| | e) Clínicas da Família - Equipes de Atenção Farmacêutica (uma por clínica) | nº de equipes | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| | f) NASF | nº de equipes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| OSS - parte fixa - limite máximo a ser contratado | Manutenção das unidades (C) = (g+h+i+j) | | | | | | | | | | | | | |
| | g) Ações de educação, vigilância e promoção da saúde | nº de equipes | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 |
| | h) Contratos e consumo - unidades de atenção primária | nº de equipes | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 |
| | i) Serviços de Raio X e Ultrassom | nº de Clínicas da Família | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| | j) Sistemas de Informação / prontuário eletrônico | nº de equipes | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 |

2002



AP 1.0 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - SAÚDE DA FAMÍLIA / SAÚDE BUCAL
Anexo II

| Instituição | Item | Unidade de medida | 1º repa- IMESTRAL | | | | 2º repasse TRIMESTRAL | | | | 3º repasse IMESTRAL | | | | 4º repasse TRIMESTRAL | | | |
|---|--|--|-------------------|--------------|--------------|--------------|-----------------------|--------------|--------------|--------------|---------------------|--------------|--------------|--------------|-----------------------|--------------|--|--|
| | | | MÊS 1 | MÊS 2 | MÊS 3 | MÊS 4 | MÊS 5 | MÊS 6 | MÊS 7 | MÊS 8 | MÊS 9 | MÊS 10 | MÊS 11 | MÊS 12 | | | | |
| OSS - parte fixa - limite máximo a ser contratado | Gestão (A) = (e+b) | | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | | |
| | a) Apoio a Gestão da CAP | | 80.000,00 | 80.000,00 | 80.000,00 | 80.000,00 | 80.000,00 | 80.000,00 | 80.000,00 | 80.000,00 | 80.000,00 | 80.000,00 | 80.000,00 | 80.000,00 | 80.000,00 | 80.000,00 | | |
| | b) Apoio a gestão do TEIAS - OSS | | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | | |
| | RH (B) = (c+d+e+f) | | 755.085,50 | 755.085,50 | 755.085,50 | 755.085,50 | 755.085,50 | 755.085,50 | 755.085,50 | 755.085,50 | 755.085,50 | 755.085,50 | 755.085,50 | 755.085,50 | 755.085,50 | 755.085,50 | | |
| OSS - parte fixa - limite máximo a ser contratado | c) Clínicas da Família - Equipes de Saúde da Família | nº de equipes | 673.619,38 | 673.619,38 | 673.619,38 | 673.619,38 | 673.619,38 | 673.619,38 | 673.619,38 | 673.619,38 | 673.619,38 | 673.619,38 | 673.619,38 | 673.619,38 | 673.619,38 | 673.619,38 | | |
| | d) Clínicas da Família - Equipes tipo II de Saúde Bucal | nº de equipes | 70.730,29 | 70.730,29 | 70.730,29 | 70.730,29 | 70.730,29 | 70.730,29 | 70.730,29 | 70.730,29 | 70.730,29 | 70.730,29 | 70.730,29 | 70.730,29 | 70.730,29 | 70.730,29 | | |
| | e) Clínicas da Família - Equipes de Atenção Farmacêutica (uma por clínica) | nº de equipes | 10.735,84 | 10.735,84 | 10.735,84 | 10.735,84 | 10.735,84 | 10.735,84 | 10.735,84 | 10.735,84 | 10.735,84 | 10.735,84 | 10.735,84 | 10.735,84 | 10.735,84 | 10.735,84 | | |
| | f) NASF | nº de equipes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| OSS - parte fixa - limite máximo a ser contratado | Manutenção das unidades (C) = (g+h+i+j) | | 119.428,30 | 119.428,30 | 119.428,30 | 119.428,30 | 119.428,30 | 119.428,30 | 119.428,30 | 119.428,30 | 119.428,30 | 119.428,30 | 119.428,30 | 119.428,30 | 119.428,30 | 119.428,30 | | |
| | g) Ações de educação, vigilância e promoção da saúde | nº de equipes | 18.000,00 | 18.000,00 | 18.000,00 | 18.000,00 | 18.000,00 | 18.000,00 | 18.000,00 | 18.000,00 | 18.000,00 | 18.000,00 | 18.000,00 | 18.000,00 | 18.000,00 | 18.000,00 | | |
| | h) Contratos e consumo - unidades de atenção primária | nº de equipes | 85.428,30 | 85.428,30 | 85.428,30 | 85.428,30 | 85.428,30 | 85.428,30 | 85.428,30 | 85.428,30 | 85.428,30 | 85.428,30 | 85.428,30 | 85.428,30 | 85.428,30 | 85.428,30 | | |
| | i) Serviços de Raio X e Ultrassom | nº de equipes | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | | |
| OSS - parte fixa - limite máximo a ser contratado | j) Sistemas de Informação / prontuário eletrônico | nº de equipes | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | | |
| | k) Instalações e equipamentos (D) = (k) | | 778.103,80 | 778.103,80 | 778.103,80 | 778.103,80 | 778.103,80 | 778.103,80 | 778.103,80 | 778.103,80 | 778.103,80 | 778.103,80 | 778.103,80 | 778.103,80 | 778.103,80 | 778.103,80 | | |
| | l) Clínicas da Família / unidades de saúde da família existentes | nº de equipes | 778.103,80 | 778.103,80 | 778.103,80 | 778.103,80 | 778.103,80 | 778.103,80 | 778.103,80 | 778.103,80 | 778.103,80 | 778.103,80 | 778.103,80 | 778.103,80 | 778.103,80 | 778.103,80 | | |
| | Limite máximo - subtotal (E) = (A+B+C+D+E) | | 1.852.617,61 | 1.852.617,61 | 1.852.617,61 | 1.852.617,61 | 1.852.617,61 | 1.852.617,61 | 1.852.617,61 | 1.852.617,61 | 1.852.617,61 | 1.852.617,61 | 1.852.617,61 | 1.852.617,61 | 1.852.617,61 | 1.852.617,61 | | |
| Parte variável - 1 (% de A+B+C) mês | Subtotal (F) | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| | Subtotal (G) | valor por equipe/RS 3.000/ trimestre | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Parte variável - 2 (unidade de saúde) | Subtotal (H) | Total em salários base de uma equipe (R\$) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| | Subtotal (I) | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Limite máximo total : (I)+(E)-(F)-(G)-(H) | | | 1.852.617,61 | 1.852.617,61 | 1.852.617,61 | 1.852.617,61 | 1.852.617,61 | 1.852.617,61 | 1.852.617,61 | 1.852.617,61 | 1.852.617,61 | 1.852.617,61 | 1.852.617,61 | 1.852.617,61 | 1.852.617,61 | 1.852.617,61 | | |

| REPASSES TRIMESTRAIS (R\$) | |
|----------------------------|---------------------------------------|
| 1º repasse: | 4.001.645,22 MÊS 1 + MÊS 2 + MÊS 3 |
| 2º repasse: | 3.418.047,25 MÊS 4 + MÊS 5 + MÊS 6 |
| 3º repasse: | 3.418.047,25 MÊS 7 + MÊS 8 + MÊS 9 |
| 4º repasse: | 3.418.047,25 MÊS 10 + MÊS 11 + MÊS 12 |
| 5º repasse: | 3.418.047,25 MÊS 13 + MÊS 14 + MÊS 15 |
| 6º repasse: | 3.418.047,25 MÊS 16 + MÊS 17 + MÊS 18 |
| 7º repasse: | 3.418.047,25 MÊS 19 + MÊS 20 + MÊS 21 |
| 8º repasse: | 3.418.047,25 MÊS 22 + MÊS 23 + MÊS 24 |

2663

| Instituição | Item | Unidade de medida | 5º repasse TRIMESTRAL | | | 6º repasse TRIMESTRAL | | | 7º repasse TRIMESTRAL | | | 8º repasse TRIMESTRAL | | | Total 24 MESES |
|---|--|---|-----------------------|--------------|--------------|-----------------------|--------------|--------------|-----------------------|--------------|--------------|-----------------------|--------------|--------------|----------------|
| | | | MÊS 13 | MÊS 14 | MÊS 15 | MÊS 16 | MÊS 17 | MÊS 18 | MÊS 19 | MÊS 20 | MÊS 21 | MÊS 22 | MÊS 23 | MÊS 24 | |
| OSS - parte fixa - limite máximo a ser contratado | Gestão (A)-(e+b) | | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 4.800.000,00 |
| | a) Apoio a Gestão da CAP | apoi a CAP | 80.000,00 | 80.000,00 | 80.000,00 | 80.000,00 | 80.000,00 | 80.000,00 | 80.000,00 | 80.000,00 | 80.000,00 | 80.000,00 | 80.000,00 | 80.000,00 | 1.920.000,00 |
| | b) Apoio a Gestão do TEIAS - OSS | gestão do TEIAS | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 2.880.000,00 |
| OSS - parte fixa - limite máximo a ser contratado | RH (B) = (c+d+e+f) | | 755.085,50 | 755.085,50 | 755.085,50 | 755.085,50 | 755.085,50 | 755.085,50 | 755.085,50 | 755.085,50 | 755.085,50 | 755.085,50 | 755.085,50 | 755.085,50 | 18.122.032,09 |
| | c) Clínicas da Família - Equipes de Saúde da Família | nº de equipes | 673.619,38 | 673.619,38 | 673.619,38 | 673.619,38 | 673.619,38 | 673.619,38 | 673.619,38 | 673.619,38 | 673.619,38 | 673.619,38 | 673.619,38 | 673.619,38 | 16.169.865,03 |
| | d) Clínicas da Família - Equipes Tipo II de Saúde Bucal | nº de equipes | 70.730,29 | 70.730,29 | 70.730,29 | 70.730,29 | 70.730,29 | 70.730,29 | 70.730,29 | 70.730,29 | 70.730,29 | 70.730,29 | 70.730,29 | 70.730,29 | 1.897.526,84 |
| OSS - parte fixa - limite máximo a ser contratado | e) Clínicas da Família - Equipes de Atenção Farmacêutica (uma por clínica) | nº de equipes | 10.735,84 | 10.735,84 | 10.735,84 | 10.735,84 | 10.735,84 | 10.735,84 | 10.735,84 | 10.735,84 | 10.735,84 | 10.735,84 | 10.735,84 | 10.735,84 | 257.690,22 |
| | f) NASF | nº de equipes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | g) Manutenção das unidades (C) = (c+b+i) | | 119.428,30 | 119.428,30 | 119.428,30 | 119.428,30 | 119.428,30 | 119.428,30 | 119.428,30 | 119.428,30 | 119.428,30 | 119.428,30 | 119.428,30 | 119.428,30 | 2.866.279,31 |
| OSS - parte fixa - limite máximo a ser contratado | h) Contratos e consumo - unidades de atenção primária | nº de equipes | 85.428,30 | 85.428,30 | 85.428,30 | 85.428,30 | 85.428,30 | 85.428,30 | 85.428,30 | 85.428,30 | 85.428,30 | 85.428,30 | 85.428,30 | 85.428,30 | 2.050.279,31 |
| | i) Serviços de Raio X e Ultrassom | nº de equipes | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 24.000,00 |
| | j) Sistemas de informação / prontuário eletrônico | nº de equipes | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 380.000,00 |
| OSS - parte fixa - limite máximo a ser contratado | k) Adaptação de instalações / equipamentos (D) = unidades de saúde da família existentes | nº de equipes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 778.103,80 |
| | l) Clínica da Família / unidades de saúde da família existentes | nº de equipes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 778.103,80 |
| | m) Limite máximo subtotal (E)=(A+B+C+D+E) | | 1.074.513,81 | 1.074.513,81 | 1.074.513,81 | 1.074.513,81 | 1.074.513,81 | 1.074.513,81 | 1.074.513,81 | 1.074.513,81 | 1.074.513,81 | 1.074.513,81 | 1.074.513,81 | 1.074.513,81 | 26.568.435,20 |
| Parte variável | | | | | | | | | | | | | | | |
| Parte variável - 1 (2% de A+B+C) / mês | Subtotal (F) | | 21.480,26 | 21.480,26 | 21.480,26 | 21.480,26 | 21.480,26 | 21.480,26 | 21.480,26 | 21.480,26 | 21.480,26 | 21.480,26 | 21.480,26 | 21.480,26 | 451.285,80 |
| Parte variável - 2 (unidade de saúde) | Subtotal (G) | Valor por equipe R\$ 3.000/ trimestre | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 315.000,00 |
| Parte variável - 3 (profissional) | Subtotal (H) | Total das saldos-para de uma equipe (R\$) | 28.345,00 | 28.345,00 | 28.345,00 | 28.345,00 | 28.345,00 | 28.345,00 | 28.345,00 | 28.345,00 | 28.345,00 | 28.345,00 | 28.345,00 | 28.345,00 | 685.245,00 |
| Limite máximo total: (I)=(E+F+G+H) | | | 1.139.349,08 | 1.139.349,08 | 1.139.349,08 | 1.139.349,08 | 1.139.349,08 | 1.139.349,08 | 1.139.349,08 | 1.139.349,08 | 1.139.349,08 | 1.139.349,08 | 1.139.349,08 | 1.139.349,08 | 27.927.976,00 |

| REPASSES TRIMESTRAIS (R\$) | |
|----------------------------|-------------------------|
| 1º repasse: | 4.001.645,22 MÊS 1 + M |
| 2º repasse: | 3.418.047,25 MÊS 4 + M |
| 3º repasse: | 3.418.047,25 MÊS 7 + M |
| 4º repasse: | 3.418.047,25 MÊS 10 + J |
| 5º repasse: | 3.418.047,25 MÊS 13 + J |
| 6º repasse: | 3.418.047,25 MÊS 16 + J |
| 7º repasse: | 3.418.047,25 MÊS 19 + J |
| 8º repasse: | 3.418.047,25 MÊS 22 + J |

2664

Handwritten mark

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
(Decreto nº 3.221, de 18 de setembro de 1981)

2665

PROCESSO INSTRUTIVO Nº: 09/002080/2011
TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO nº: 08/2011

DATA DA ASSINATURA: 19 de setembro de 2013.

CONVENIENTES: PCRJ / SMSDC e o **INSTITUTO SOCIAL FIBRA**

CNPJ: 2744384/0001-82

OBJETO: O presente Contrato de Gestão tem por objeto o aperacionalização, apoio e execução de atividades e serviços de saúde dos equipamentos destinados à estratégia de saúde da família, no âmbito da Área de Planejamento (AP 1.0).

VIGÊNCIA: 24 meses. De 19 de setembro até 18 de setembro de 2013.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: R\$27.927.976,00 (vinte e sete milhões, novecentos e vinte e sete mil e novecentos e setenta reais).

Programa de Trabalho: 18.05.10.301.0330.2854.


Natureza da Despesa: 33.50.39.02

Nota de Empenho: 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424 e 425, todos de 2011.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8080 de 19/09/1990, o Decreto nº 30780 de 02/06/2009, Lei Municipal nº 5026 de 19/05/2009, Art. 24, inciso XXIV da Lei Federal nº 8666/93, alterada pela Lei 8.883/94, e pela Lei 9648/98, tendo em vista o decidido no Processo nº 09/002080/2011.

Publique-se.


FELIPE G. A. BARROS
S/SUBG - Assessoria
Mat. 60/241.764-0

SISUBG/CM/01/004
ATO OFFICIAL
Renovado
Rubr: 
Publicauc
Paris IV
28 SET 2011

COORDENADORIA DE SAÚDE AP 5.1
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
(Decreto nº 3.221, de 18 de setembro de 1981)

Processo Instrutivo nº: 0951/051040/2010
Termo nº: Termo de Reconhecimento de Dívida nº 006/2011
Data da Assinatura: 08 de fevereiro de 2011.
Partes: PCRJ / SMSDC / CAP 5.1 e a firma CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 33.285.255/0001-05
Objeto: O presente ajuste tem por objeto a liquidação e o pagamento à empresa CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA, da importância de R\$30.057,50 (trinta mil, cinquenta e sete reais e cinquenta centavos), devidamente apurada no(s) processo(s) administrativo(s) nº(s) 0951/051040/2010 correspondente ao ressarcimento de despesas com a prestação de serviços de recepção nas unidades Casa de Parto David Capistrano Filho e Posto de Saúde Masao Goto, no período de 03/06/2010 à 02/11/2010, em virtude de 1º, observadas as normas concernentes à liquidação de despesas vigentes no MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.
Prazo: 03/06/2010 à 02/11/2010
Valor Total: R\$30.057,50 (trinta mil, cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)
Programa de Trabalho: 18.12.10.301.0307.2854 ND: 3.3.90.37.09
Nota de Empenho nº: 2010/000518 no valor de R\$30.057,50 (trinta mil, cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)
Fundamento: Lei nº 8666/93 e alterações, ao RGCAF editado através do Decreto nº 3.221 de 18/09/81, e o decidido nos Processos nº 0951/051040/2010.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

DISTRIBUIDORA DE FILMES S/A – RIOFILME - 28-09-2011.

12/500.301/2010 - Retifica a publicação de Extrato Contratual, ocorrida no DO/RIO nº 131, de 20/09/2011, fl. 102, col. 03.
Onde se lê: Instrumento: Contrato nº 30/2011
Leia-se: Instrumento: Contrato nº 27/2011

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

(Decreto nº 3.221, de 18 de setembro de 1981)

PROCESSO INSTRUTIVO Nº: 09/002080/2011
TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº: 08/2011
DATA DA ASSINATURA: 19 de setembro de 2013.
CONVENIENTES: PCRJ / SMSDC e o INSTITUTO SOCIAL FIBRA
CNPJ: 2744384/0001-82
OBJETO: O presente Contrato de Gestão tem por objeto o aperfeiçoamento, apoio e execução de atividades e serviços de saúde dos equipamentos destinados à estratégia de saúde da família, no âmbito da Área de Planejamento (AP 1.0).
VIGÊNCIA: 24 meses. De 19 de setembro até 18 de setembro de 2013.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: R\$27.927.976,00 (vinte e sete milhões, novecentos e vinte e sete mil e novecentos e setenta reais).
Programa de Trabalho: 18.05.10.301.0330.2854.
Natureza da Despesa: 33.50.39.02
Nota de Empenho: 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424 e 425, todos de 2011.
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8080 de 19/09/1990, o Decreto nº 30780 de 02/06/2009, Lei Municipal nº 5026 de 19/05/2009, Art. 24, inciso XXIV da Lei Federal nº 8666/93, alterada pela Lei 8.883/94, e pela Lei 9648/98, tendo em vista o decidido no Processo nº 09/002080/2011.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

FUNDAÇÃO PARQUES E JARDINS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo: 14/302.035/2011 - Contrato nº 56/2011. **Data de Assinatura:** 16/09/2011 **Partes:** FPJ e AM Comércio Atacadista e Varejista de Produtos Agropecuários Ltda-ME. **Objeto:** Aquisição de ração para gatos e milho para os animais do Campo de Santana - Praça da República s/nº - Centro - RJ. **Valor:** R\$ 37.919,85 (trinta e sete mil, novecentos e dezoito reais e oitenta e cinco centavos) como valor total e R\$ 19.115,76 (dezenove mil, cento e quinze reais e setenta e seis centavos) empenhado para o presente exercício. **Prazo:** 12 meses **PT:** 2441.18122.0384.4164 **ND:** 3.3.90.30.08 **NE:** 2011/000406 e 2011/000407. **Fundamento:** Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO-RIOURBE

EXTRATO DE INSTRUMENTO DE TERMO DE CONTRATO

(Decreto nº 3.221, de 18.09.81)

PROCESSO: 06/501.242/2010
TERMO DE CONTRATO: 099/2011
ASSINATURA: 28/09/2011
PARTES: Empresa Municipal de Urbanização – RIO-URBE e a MKS RIO SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA
OBJETO: "Obras de reforma geral de telhado e pequenos serviços no GRES Salgueiro – Rua Silva Telles nº 104 – Vila Isabel"
PRAZO: 120 (cento e vinte) dias corridos
VALOR DO CONTRATO: R\$ 997.545,45 (novecentos e noventa e sete mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos)
PROGRAMA DE TRABALHO: 15.51.15.452.0085.3164
CÓDIGO DE DESPESA: 4.4.90.51.03
FONTE DE RECURSO: 100
VALOR DO EMPENHO: R\$ 997.545,45 (novecentos e noventa e sete mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos)
NOTA DE EMPENHO: 2011/000434
FUNDAMENTO: Tomada de Preços nº 010/2011

PROCESSO: 06/501.544/2011

TERMO DE CONTRATO: 100/2011
ASSINATURA: 28/09/2011
PARTES: Empresa Municipal de Urbanização – RIO-UI SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA
OBJETO: "Obras de reparo e pintura das fachadas, impermeabilização dos telhados, pintura dos muros, graxagem, reconstrução do muro de alvenaria e de arrimo no Conj. Sena – Estrada do Rio do "A" nº 1401 – Campo Grande –"
PRAZO: 120 (cento e vinte) dias corridos
VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.165.881,02 (hum milhão e seiscentos e oitenta e um reais e dois centavos)
PROGRAMA DE TRABALHO: 15.51.15.482.0085.3144
CÓDIGO DE DESPESA: 4.4.90.51.03
FONTE DE RECURSO: 100
VALOR DO EMPENHO: R\$ 1.165.881,02 (hum milhão, oitocentos e oitenta e um reais e dois centavos)
NOTA DE EMPENHO: 2011/000433
FUNDAMENTO: Tomada de Preços nº 013/2011

EXTRATO DE INSTRUMENTO DE TERMO DE

(Decreto nº 3.221, de 18.09.81)

PROCESSO ORIGEM: 06/503.514/2010
INSTRUMENTO: Termo de Adesão nº 178/11 às Cláusulas do Contrato Único de Prestação de Serviços
ASSINATURA: 28/09/2011
PARTES: Empresa Municipal de Urbanização – RIO-UI DO BRASIL S/A
OBJETO: Adesão às Cláusulas Gerais do Contrato Único de Serviços.

PROCESSO ORIGEM: 07/205.445/2006

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo nº 179/11 ao Contrato
ASSINATURA: 28/09/2011
PARTES: Empresa Municipal de Urbanização – RIO-UI G CONSTRUTORA LTDA
OBJETO: cronograma físico-financeiro ao Contrato nº
PROGRAMA DE TRABALHO: 16.01.12.361.0315.1474
FUNDAMENTO: artigo 65, inciso II, alínea "c" da Lei nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS

COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA -

DIRETORIA JURÍDICA - DJU

EXPEDIENTE DE: 27.09.2011

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo Instrutivo nº: 01/502.833/10
Termo Aditivo nº: 048/2011
Data de Assinatura: 23.09.2011
Partes: COMLURB e o TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA
Objeto: Prorrogar, por doze meses a contar de 08/10/2010 do contrato nº 2010/050-00 que cuida da prestação de serviços operacionais à administração e gerenciamento do abastecimento por intermédio do fornecimento de cartões magnéticos e zados em veículos oficiais ou locados pela COMLURB
Valor: R\$ 2.081.600,00 (dois milhões, oitenta e um mil e seiscentos e sessenta reais)
Nota de empenho: 2011/001319 no valor de R\$ 474.140,00
Programa de trabalho: 43.51.15.122.0384.4164
Natureza da despesa: 3.3.90.39.39
Fundamento: Art. 57 Inc. II, da Lei 8.666/93 e § 1º art. Municipal nº 19.810/01.

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo Instrutivo nº: 01/503.585/11
Contrato nº: 069/2011
Data de Assinatura: 20.09.2011
Partes: COMLURB e a CONSTRUTORA EFICAZ LTDA
Objeto: O presente Contrato é a execução de obras de novas instalações da Gerência Adjunta SG 08P localizada na Soares nº 45, 49 e 51 – Praça da Bandeira
Valor: R\$ 432.636,00 (quatrocentos e trinta e dois mil, trinta e seis reais)
Nota de empenho: 2011/001296 no valor de R\$ 181.700,00
Programa de trabalho: 43.51.18.543.0051.4637
Natureza da despesa: 3.3.90.39.60
Fundamento: Art. 23, Inc. II Alínea "b" da Lei 8666/93 e s

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

8ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

(*) **Processo Instrutivo:** 07/08/003326/2010
Termo de Distrato ao Termo de Rescisão nº 01/2011 a 26/2010
Data da Assinatura: 01/06/2011
Partes: PCRJ/SME/E/SUBE/8ª CRE e VPAR Locação de Serviços Ltda.
Objeto: As partes tornam sem efeito a rescisão firmada, em consequência, a vigência do Contrato nº 26/2010 objeto a prestação de serviço de Apoio Operacional às escolas e creches da E/SUBE/8ª CRE.
Prazo: 01/06/2011 à 22/05/2012
Valor Total: R\$ 3.504.652,32 (três milhões, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e dois centavos)
(*) Omitido no D.O Rio de 02/06/2011

2667

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
(Decreto nº 3.221, de 18 de setembro de 1981)

09/002080/2011 – Retifica a publicação de Extrato Contratual, ocorrida no DO/RIO n.º 138, de 29/09/2011, fl. 66, col. 02.

Onde se lê: TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO nº: 08/2011.

Leia-se: CONTRATO DE GESTÃO nº: 08/2011.

Onde se lê: DATA DA ASSINATURA: 19 de setembro de 2013.

Leia-se: DATA DA ASSINATURA: 19 de setembro de 2011.

Publique-se.



FELIPE G. A. BARROS
S/SUBG - Assessoria
Mat. 60/241.764-0

S/SUBG/CIM/GIR/CA
ACTOS OFICIAIS
Recibido em _____
Rub: _____
Publicado em Diário Oficial
Parte IV nº _____
11 SET 2011

... implantação e instalação de equipamentos de serviços de telecomunicações.
valor Total: R\$ 8.270,75 (Oito mil duzentos e setenta reais e setenta e cinco centavos), pelo prazo de 22 (vinte e dois) dias.
fundamento do Ato: De acordo com o decidido no processo nº 26/23.610/2010.

processo: 26/323.606/2010

termo: 203/2011

data da Assinatura: 29.08.2011

partes: 1) MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E 2) CLARO S/A.

objeto: Áreas ou locais do Município em anexo no Termo.

objeto: Implantação e instalação de equipamentos de serviços de telecomunicações.

valor Total: R\$ 8.270,75 (Oito mil duzentos e setenta reais e setenta e cinco centavos), pelo prazo de 22 (vinte e dois) dias.

fundamento do Ato: De acordo com o decidido no processo nº 26/23.606/2010.

processo: 26/323.605/2010

termo: 204/2011

data da Assinatura: 29.08.2011

partes: 1) MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E 2) CLARO S/A.

objeto: Áreas ou locais do Município em anexo no Termo.

objeto: Implantação e instalação de equipamentos de serviços de telecomunicações.

valor Total: R\$ 8.270,75 (Oito mil duzentos e setenta reais e setenta e cinco centavos), pelo prazo de 22 (vinte e dois) dias.

fundamento do Ato: De acordo com o decidido no processo nº 26/3.605/2010.

922

CARTÓRIO DE PESSOAS JURÍDICAS

Associação Nacional de Medicina - posse do 2º secretário - Matr. 48. Real Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro - prov de contas 2010 - Matr. 223. Venerável Irmandade do Príncipe dos Estólos São Pedro - eleição e posse da diretoria 2011/2013 e alt do estatuto - Matr. 1.353. Associação Atlético Banco do Brasil - Rio de Janeiro - AABB / 1 - AGO. Eleição c. deliberativo e fiscal e eleição presidente c. administração 2011/2014 - Matr. 4.634. Centro Espirita Templo dos Orixas - eleição da diretoria 2011/2013 - Matr. 29.815. Primeira Igreja Batista em Jardim Terra - substituição de Diretor Presidente e eleição da Diretoria 2011 - Matr. 433. Igreja Pentecostal Cristo Vivo em Bonsucesso Rua Teixeira Castro, 132 - eleição da diretoria/consolidação - Matr. 82.086. Sociedade Brasileira Osteoporose - AGO. Eleição diretoria 2009 / 2011 / ratificação da eleição diretoria realizada em 02/10/2009/alt da sede/transf de registro e alt e consolidação do estatuto - Matr. 140.349. Sindicato dos Empregados em Bases, Federações, Confederações Esportivas e Atletas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro - AGE. Alteração estatuto consolidação - Matr. 1.609. Federação Nacional das Cooperativas de Crédito Urbano - FENAEU - AGO. prestação de contas 2010/destinação sobras /orçamento /alt eleição c. fiscal um ano - Matr. 185.214. Instituto de Administração do Rio de Janeiro - IARJ - carta de suspensão da licença do presidente e subst diretor presidente - Matr. 187.764. Bloco Camaleão Amigos do Catete AC - AGO. Aprovação alteração estatutos /eleição diretoria ate15/09/2014 /admissão de sócios - Matr. 198.886. Centro Social Luz do Sol - eleição diretoria 2011/2014 e renúncia - Matr. 200.009. Associação de Moradores Residencial Planície do Recreio - AMPLARE - eleição da diretoria 2010/2012 - Matr. 200.987. Igreja Presbiteriana Independente de Penha Circular - Igreja Delfina Enes, nº 473 - eleição da diretoria 2011 - Matr. 208.517. Clube de Futebol Skulls - eleição da diretoria 2011/2013 - Matr. 213.122. Associação de Arvidores Cívicos do Ministério da Defesa (CASME) - eleição c. administração e fiscal 2012/2014 - Matr. 226.794. Instituto Social Fibra - alt endereço da filial - Matr. 231.338. CURUMIM - Associação de Combate ao Câncer Infantil - eleição da diretoria 2011/2012 - Matr. 241.967. Augusta e Espetável Loja Maçônica Emanuel - Rua São Luiz Gonzaga, nº 1732 Parte Largo do Pedregulho - São Cristóvão - eleição da diretoria 2011/2012 - Matr. 1.629. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS: Creche Favinho de Mel Ltda - saída sócio/admissão de sócio/cessão de quotas/consolidação/alt da administração - Matr. 62.656. Centro de Neurocirurgia das Américas Ltda - admissão sócio/cessão de quotas/consolidação/alt da administração - Matr. 132.338. Urbano de Gouvêa e Silva Filho Análises Clínicas Ltda - abert de filial/da de sócio/admissão de sócio/alt de sede/consolidação - Matr. 140.382. Portavels Engenharia de Sistemas Ltda ME - saída de sócio/cessão de quotas/consolidação - Matr. 150.641. Lobo Music Produções Artísticas Ltda - saída de sócio/cessão de quotas/consolidação/alt da administração - Matr. 1.140. Interconnections Excelência em Idiomas Ltda - EPP - saída de sócio/admissão de sócio/consolidação - Matr. 157.131. Nova Imagem Exats Complementares Ltda - abert de filial e consolidação - Matr. 168.408. Ver Oil & Gas Consultoria Ltda - alt da sede/consolidação/aumento de capital - Matr. 172.459. Água Import Comercio e Importação Exportação a - saída de sócio / admissão de sócio/alt da sede/consolidação/alt da denominação/alt de objeto/aumento do capital/transf de registro/alt da admi-

consolidação/alt de objeto/aumento do capital - Matr. 200.497. Patricia Brandão Dermatologia S/C Ltda - encerramento de filial/consolidação - Matr. 200.532. CM2 Estruturação Imobiliária Ltda - alt da sede/consolidação - Matr. 217.582. Congenere Serviços e Consultoria Técnica Ltda - saída de sócio/admissão de sócio/consolidação/alt administração - Matr. 225.669. Perfura Rio do Brasil Aluguel de Máquinas para Construção Ltda - saída de sócio/consolidação/alt da denominação/alt de objeto - Matr. 228.543. Orto Derma Clínica Ortopedia e Dermatologia Ltda - alt da sede/consolidação - Matr. 229.029. H&C Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda - alt da sede/consolidação - Matr. 231.612. Celta Capital Sustentável Consultoria S/A - consolidação/transf de registro - Matr. 233.125. Atores de Laura Produções Culturais Ltda - ME - saída de sócio/admissão de sócio/alt da sede/consolidação/alt da denominação/alt de objeto/alt da administração - Matr. 233.416. Caixa de Ferramentas - Curso Livre de Psicanálise e Ciências Sociais Ltda - dissolução da sociedade - Matr. 239.215. V&V Serviços Médicos - consolidação/alt da administração - Matr. 241.639. RB Consultoria e Participações Ltda - abert de filial/cessão de quotas/consolidação - Matr. 241.773. PCIX Consultoria Financeira Ltda - cessão de quotas/ alt da sede/consolidação - Matr. 246.302. SEGPREV Corretora de Seguros Ltda - saída de sócio/admissão de sócio/alt da sede/consolidação - Matr. 246.568. M M Pinheiro Alves Representações Ltda - ME - consolidação/alt de objeto/transf de registro - Matr. 247.999. CONTRATOS: Marinho's Imobiliária Ltda - ME - Matr. 248.615. Life Lane Corretora de Seguros de Vida Ltda - Matr. 248.616. Dheka Informática Ltda - Matr. 248.617. LGR Auto Center Oficina Ltda - Matr. 248.618. D.D. - Brasil Empreiteira de Mão de Obra Ltda - Matr. 248.619. Capave Comunicação, Cenografia e Eventos Ltda - Matr. 248.620. Área Administração de Bens Próprios e Consultoria Empresarial Ltda - Matr. 248.621. ESTATUTOS: Igreja Confederação Federal de Juizes do Tribunal Eclesiástico - Rua Conselheiro Galvão nº 972, Sala 307, Rocha Miranda/RJ - Matr. 248.622. Rede de Direitos Humanos e Mediação de Conflitos do Estado do Rio de Janeiro - RDHMC-RJ - Matr. 248.623. ACC - Associação de Catadores do Caju - Matr. 248.624. Federação Nacional das Associações de Atendimento a Dependência Química - FENAA - DO - Matr. 248.625. Participação Social Movimento de Prevenção ao Crime - Matr. 248.626. AML - Academia Madureirense de Letras - Matr. 248.627. 42923

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 10ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL RETIFICAÇÃO:

PROCESSO: 07/10/004161/2010

Publicado no D.O Rio nº 137 de 28/09/2011, pág 52, 2º col.

Onde se lê:

Valor: ()

Leia-se:

Valor: R\$ 716.122,34 (setecentos e dezesseis mil, cento e vinte e dois reais e trinta e quatro centavos)

Onde se lê:

Nota de Empenho: ()

Leia-se:

Nota de Empenho: nº. 817/2011.no valor de R\$ 14.508,40 (catorze mil, quinhentos e oito reais e quarenta centavos)

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DISTRIBUIDORA DE FILMES S/A - RIOFILME - 30-09-2011. EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo Instrutivo: 12/500.174/2011.

Instrumento: Contrato nº 38/2011.

Data da assinatura: 29 de setembro de 2011.

Partes: Riofilme e Casé Filmes Ltda.

Objeto: Co-Produção, com participação nas receitas, da obra cinematográfica "E AI, COMEU?".

Valor: A Riofilme aportará R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) para a produção da obra.

Prazo: 25 (vinte cinco) anos a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao do lançamento comercial da obra no Brasil.

Programa de Trabalho: 30.51.13.392.0062.4634.

Natureza de Despesa: 4.5.90.66.08.

Nota de Empenho: 2011/000291.

Fundamento: Art. 25 da Lei 8.666/93, CAF, RGCAF e Portarias "P" RF/PRE nºs. 059/2007 e 040/2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL (Decreto nº 3.221, de 18 de setembro de 1981)

09/002080/2011 - Retifica a publicação de Extrato Contratual, ocorrida no DO/RIO nº 138, de 29/09/2011, fl. 66, col. 02.

Onde se lê: TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO nº: 08/2011.
Leia-se: CONTRATO DE GESTÃO nº: 08/2011.

Onde se lê: DATA DA ASSINATURA: 19 de setembro de 2013.

Leia-se: DATA DA ASSINATURA: 19 de setembro de 2011.

2668